

# Reflexões sobre as “Reflexões” de Burke

*Edmund Burke era, e ainda é, um autor provocador; uma provocação nos seus tempos como nos nossos.*

**N**uma altura em que a maioria da intelectualidade britânica bem pensante (leia-se com uma inclinação para a esquerda) teciam loas à revolução Francesa – Wordsworth escrevia “que felicidade estar vivo nessa madrugada” – , Burke escreveu as suas “Reflexões sobre a Revolução em França”, uma violenta acusação contra a Revolução Francesa. Foi acusado então, como frequentemente o é agora, de ser excessivo e até histérico no seu relato da Revolução:

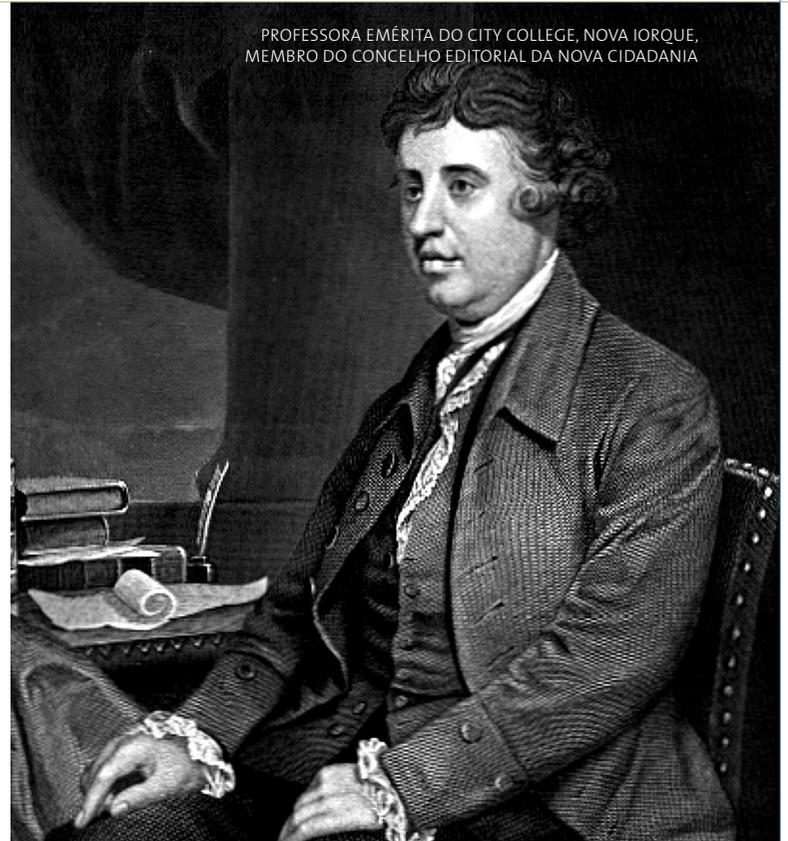
*... uma devassidão feroz nas maneiras, uma irreligião insolente nas opiniões e práticas,... leis viradas do avesso, tribunais subvertidos, uma indústria sem vigor, o comércio a expirar... uma Igreja pilhada... anarquia civil e militar... bancarrota nacional.*

Tudo isto, é preciso lembrar e é por vezes difícil lembrá-lo, foi escrito em Novembro de 1790, três anos antes do Reino do Terror, que Burke descreveu de forma tão presciente.

Enquanto outros testemunhavam aquilo que julgavam ser uma revolução política natural e muito necessária, a transformação de uma monarquia absoluta numa monarquia limitada, Burke via nada menos do que uma Revolução total: uma revolução que além de política, era social, religiosa e económica. E para lá disto, uma revolução cultural, dizia, “nos sentimentos, maneiras e opiniões morais”. Isto foi muito antes dos acontecimentos capitais: a abolição da monarquia e o estabelecimento da república; a execução do rei e da rainha; a declaração de guerra contra grande parte da Europa (incluindo Inglaterra); a confiscação dos bens dos dissidentes e emigrés; a prisão, expulsão e assassinio dos mais moderados (e dos não tão moderados) revolucionários; e, finalmente, o estabelecimento do Reino do Terror. Três anos antes de Robespierre subir ao poder, Burke já tinha formado uma opinião sobre o homem e o seu regime:

*Justificando a perfídia e o assassinio com o benefício público, o benefício público acaba por tornar-se o pretexto e a perfídia e o assassinio o fim; até que a rapacidade, a malícia, a vingança e um medo mais terrível que a vingança pudesse satisfazer os seus apetites insaciáveis.*

Esta era a Revolução que Burke descrevia, ou antes predizia, nas suas “Reflexões sobre a Revolução em França”, um feito extraordinário de imaginação política. Os críticos de Burke nun-



PROFESSORA EMÉRITA DO CITY COLLEGE, NOVA IORQUE, MEMBRO DO CONCELHO EDITORIAL DA NOVA CIDADANIA

ca lhe perdoaram pelo seu relato “premature” da Revolução, por ter reconhecido as sementes do Terror de forma tão precoce e tão dramática. Nem lhe podem perdoar ter revelado os erros da filosofia e a disposição de espírito que tinha inspirado a Revolução e a tinham tornado tão total. Neste sentido, as “Reflexões” eram ainda mais provocadoras do que podem aparentar superficialmente. Porque na realidade eram uma acusação não só à Revolução Francesa mas também ao Iluminismo francês, que era ainda mais revolucionário, aspirando a criar nada menos do que uma “era da razão”. É por isso que grande parte das “Reflexões” ultrapassa a própria Revolução, reflectindo sobre a natureza do homem, sociedade, política, religião e muito mais – reflexões, acrescento, que são tão provocadoras e desafiantes para conservadores como para liberais.

Contaram-me que um distinto professor de literatura costumava abrir a sua conferência sobre “Hamlet” dizendo aos alunos: “Esta peça está cheia de citações”. Assim, diria, as “Reflexões” estão cheias de citações. E também esta dissertação está cheia de citações, não só porque uma paráfrase não faz jus ao original, mas também porque estas citações apontam para uma leitura de Burke diferente da habitual. Tomarei também a liberdade de citar uma dissertação mais antiga que escrevi, para evidenciar o contraste entre as duas visões de Burke.

O Burke inicial, assunto do meu primeiro ensaio publicado, aparecia sob o título “Edmund Burke: The Hero as Politician” (“Edmund Burke: O Herói como Político”). A palavra “Herói” era obviamente irónica, porque o Burke que eu descrevia então era um político a quem faltava qualquer pretensão de seriedade ou substância filosófica. As palavras mais características do seu vocabulário, dizia eu, eram “conveniência, expediente, prudência e acomodação”. Para os filósofos – “metafísicos”, como ele lhes chamava de forma trocista – tinha apenas desdém; acusando-os de aplicar à política os princípios abstractos da filosofia e da moralidade, com resultados desastrosos. “Não se pode pensar nada

de mais duro do que o coração de um puro metafísico”, citei de uma carta de Burke. “Aproxima-se mais da fria malignidade de um espírito maléfico do que da fragilidade e paixão do homem”.

Como prova da animosidade de Burke para com a filosofia, citei o seu elogio do preconceito e da superstição. “Preferia permanecer na ignorância e superstição”, escreveu noutra carta, “do que ser iluminado e purificado de todos os primeiros princípios da lei e da justiça natural”. E existiam também aquelas duas palavras gêmeas, “prescrição e pressuposição”, que ele tomava como a base de todo o governo e autoridade — a prescrição das leis antigas e das autoridades e a pressuposição de que tudo o que existe provavelmente deve existir. E finalmente existia ainda o relato entusiástico da beleza e inocência de Maria Antonieta e os atractivos da época dos ideais da cavalaria, que eu ridicularizei como reminescente da escola de retórica “the magnolia-and-old-south”.

Este era o meu Burke inicial. Quase duas décadas mais tarde, depois de várias releituras de Burke com alunos — e talvez provocada pela revolução cultural da década de 60, que lembrava a “revolução nos sentimentos, maneiras e opiniões morais” que Burke atribuía à Revolução Francesa -, reescrevi essa dissertação inicial. “The Hero as Politician” da primeira dissertação tornou-se, no título da segunda, “The Politician as Philosopher” (“O Político como Filósofo”). Cada um dos argumentos da minha anterior acusação foi virado ao contrário. O que tinha sido então causa de crítica tornava-se ocasião de elogio, ou pelo menos de uma leitura mais ampla que lhe dava uma perspectiva diferente. Agora, numa outra releitura das “Reflexões”, vou além encontrando provas de não exactamente um tratado filosófico bem sustentado, mas de reflexões merecedoras de uma séria consideração filosófica.

Burke não gostava de conceitos e preceitos abstractos e tinha em grande consideração a prudência e o expediente nas questões práticas de governo. Não a “abstracção metafísica, [mas] as circunstâncias ... dão na realidade a sua cor distintiva e efeito discriminador a cada princípio político”. Esta passagem é frequentemente citada para sugerir que Burke tomava as “circunstâncias” como a totalidade da política, a essência e a finalidade da teoria e da actividade política. Mas o que ele dizia claramente era que as circunstâncias, ou seja as situações particulares, dão forma e moldam o “princípio político”. Existe portanto um “princípio” atrás destas “circunstâncias”. E mais do que princípio. Existe, para Burke, algo como uma grande corrente do ser, um contrato superior a tudo, que dá legitimidade não só à política mas a todos os aspectos da vida humana.

Na minha anterior dissertação, tinha rejeitado de forma casual, como sendo inconsistente com o pragmático e político Burke, a sua declaração frequentemente citada de que o Estado é “uma



parceria em toda a ciência, uma parceria em toda a arte; uma parceria em toda a virtude e em toda a perfeição”. Contextualizada, esta declaração parece menos paradoxal. A passagem começa com a asserção de que “a sociedade é na verdade um contrato”, um contrato, que segue Burke a explicar, contém muitos contratos subordinados, alguns dos quais, como a parceria para o comércio da pimenta ou do café, são ocasionais e podem ser quebrados por vontade dos intervenientes. Mas o Estado não pode ser dissolvido, porque é uma parceria “não só entre os vivos, mas também entre os que já morreram e os que ainda estão por nascer”. E para além disto, é uma parceria com a própria natureza, por assim dizer, aquele “grande contrato primitivo de sociedade eterna, relacionando as natureza mais baixas e as naturezas mais elevadas, ligando o mundo visível e invisível”:

*Todo o tipo de instituição moral, civil ou política, ajudando os laços racionais e naturais que ligam o entendimento humano e as suas afeições ao divino, são ... necessários, de forma a construir essa estrutura extraordinária, o Homem.*

Pode-se dizer que o Estado de Burke, tal como a polis de Aristóteles, está enraizado na própria natureza do homem, sendo este um animal político bem como social.

As palavras-chave nesta descrição do “contrato primitivo” são “relacionando” e “ligando”. As naturezas mais baixas e mais elevadas, os mundos visíveis e invisíveis, o racional e o natural, o humano e o divino, o moral, o civil e o político, o passado, o presente e o futuro, tudo se junta para criar o homem. A imagem dominante que encontrei aqui, e em toda a obra, é a de um contínuo, uma relação entre elementos aparentemente contrários ou díspares que de alguma forma convergem, dando sentido ao que de outra forma seria paradoxal ou incongruente.

É apenas um tal contínuo, a ligação entre passado, presente e futuro, que explica a visão de Burke da liberdade: uma liberdade que não é um direito absoluto inerente ao indivíduo, mas que é antes o produto do tempo e da circunstância. Da mesma forma que a propriedade tem de ser adquirida e depois protegida, ou seja preservada e perpetuada, também a liberdade tem de ser adquirida e protegida. E ambas são asseguradas da mesma maneira, através de uma “herança exigida”:

*A ideia de herança fornece um princípio seguro de conservação e um princípio seguro de transmissão, sem excluir de todo o princípio do melhoramento. Desta forma, a nossa liberdade torna-se uma liberdade nobre. Adquire uma linhagem e antepassados ilustres.*



*A ideia de herança fornece um princípio seguro de conservação e um princípio seguro de transmissão, sem excluir de todo o princípio do melhoramento. Nós asseguramos o nosso governo e os nossos privilégios da mesma forma como gozamos e transmitimos a nossa propriedade e as nossas vidas. Desta forma, a nossa liberdade torna-se uma liberdade nobre. Adquire uma linhagem e antepassados ilustres.*

A imagem do contínuo também clarifica aquilo que de outra forma poderia parecer perverso em Burke: a sua defesa da superstição e do preconceito. Na minha dissertação anterior, tinha citado como sendo ridículo o seu comentário de que “a superstição é a religião das mentes fracas”. Mas essa declaração ousada é precedida pelo aviso de que o excesso de superstição “é um grande mal”. E é seguido pela sua asserção de que uma “mistura” de superstição e de religião é desejável, “sob pena de privar as mentes fracas de um recurso que é necessário às mais fortes”. Esta ideia de uma “mistura” de superstição e de religião pareceu a muitos na altura (como parecerá a muitos hoje em dia) uma depreciação da religião e, pior, uma depreciação para aqueles que necessitam da religião: religião *pour les autres*, para as crianças, os criados ou outros com “mentes fracas”.

Antecipando esta crítica, Burke continua dizendo que a religião não é “uma mera invenção para manter a obediência das pessoas vulgares”. Pelo contrário, é um “recurso para os mais fortes” bem como para os mais fracos. Na verdade, a religião é da própria natureza do homem: “o Homem é por constituição um animal religioso”. Privar o homem da sua religião seria criar um vazio que apenas poderia ser preenchido por “alguma superstição grosseira, pernicioso e degradante”, uma superstição que não suplementaria e apoiaria a religião, mas antes que a subverteria e degradaria.

Tal como a religião e a superstição fazem parte de um contínuo, também a razão e o preconceito. Ao “preconceito”, Burke não atribuía o mesmo sentido que nós atribuímos actualmente, a hostilidade contra pessoas ou raças em particular, mas antes todas as crenças convencionais e opiniões populares que não são aprovadas pelo teste rígido da razão. É neste sentido que ele fala da instituição da Igreja como “o primeiro dos nossos preconceitos”.

*Temos medo de abandonar os homens cada um com a sua própria provisão de razão, porque desconfiamos que esta provisão é pequena em cada homem e que os indivíduos fariam melhor em servirem-se do banco geral ou do capital das nações e das eras. Os homens sensatos (em vez de dar vazão aos preconceitos) ... tentam descobrir a sabedoria latente que subsiste neles, [e] consideram mais sensato manter o preconceito, com a razoabilidade envolvida, do que deitar fora o manto do preconceito e deixar apenas a razão nua. O preconceito é de rápida aplicação numa emergência; compromete previamente a mente num rumo firme de sabedoria e virtude e não deixa o homem hesitante no momento da decisão, céptico, baralhado e irresoluto. O preconceito torna a virtude do homem o seu hábito e não uma série de actos sem ligação. Através apenas do preconceito, o seu dever torna-se parte da sua natureza.*

Esta era uma ideia audaciosa para apresentar aos homens iluminados numa idade iluminada: um desafio aos *philosophes* franceses que deixariam efectivamente o homem sem nada excepto a sua “provisão privada de razão”, a sua “razão nua”. Era ainda mais audacioso porque o contínuo da razão e do preconceito de Burke – preconceito com a “razoabilidade envolvida” e a “sabedoria latente” – tinha o efeito de criar uma comunidade entre os seres humanos. Eram os “sentimentos comuns” dos homens, a “sabedoria dos homens iletrados” que lhe permitiam falar com tanta confiança da “verdadeira igualdade moral da humanidade”.

É também por isto que ele podia invocar com tanta certeza e frequência as duas palavras que são um refrão ao longo das “Reflexões”: “sabedoria” e “virtude”. A prudência é a “primeira de todas as virtudes”; o preconceito “compromete a mente na direcção segura da sabedoria e virtude”; os nossos antepassados forneceram o “padrão de virtude e sabedoria”; a instituição da igreja “é um preconceito ... não destituído de razão, mas envolvendo em si uma profunda e extensa sabedoria” e “não existe qualificação para o governo, excepto a virtude e a sabedoria, efectiva ou suposta”.

Finalmente, existe a mais controversa parte das “Reflexões”, a canção de louvor a Maria Antonieta e ao ideal da cavalaria que ela simbolizava, que deram ocasião às reflexões mais ousadas de Burke sobre a relação entre a cultura e a política. Os ideais e as “agradáveis ilusões” da cavalaria, como a honra, a reverência, os sentimentos e as maneiras, são o produto da “imaginação moral”, uma imaginação que é necessária para “cobrir os defeitos da nossa natureza despida e a tiritar”. Porque estas ideias e ilusões são partilhadas por todos, em graus variáveis, têm o efeito de não apenas elevar todos enquanto indivíduos, mas também de unir todos num espírito comum, e assim contribuir para a “igualdade moral da humanidade”. E essa igualdade moral, por sua vez, promove algo semelhante a uma igualdade social e mesmo uma medida de igualdade política.

*Foi esta ideia de cavalaria que, sem confundir os escalões, produziu uma nobre igualdade e a entregou a todas as gradações da vida social. Foi isto que diminuiu os reis para companheiros e elevou homens simples tornando-os companheiros de reis... obrigou os soberanos a submeterem-se ao jugo suave da estima social, ... e deu origem a que um transgressor que triunfasse sobre as leis fosse subjugado pelas boas maneiras.*

Esta era da cavalaria, assim como o próprio Antigo Regime, foi uma das baixas da Revolução. Se as antigas maneiras e moralidades - e, sim, ilusões - fossem dissipadas, avisava

Burke, se o poder fosse despido “da sua própria honra e da honra dos que lhe devem obedecer”, não haveria remédio contra a tirania: “Os Reis serão tiranos por lei quando os súbditos são rebeldes por princípio”.

Mesmo um leitor amável das “Reflexões” poderá afastar estas passagens, como eu fiz na minha dissertação anterior, como “um extravagante voo da retórica”, usando esta palavra num sentido pejorativo como ofuscação ou embelezamento da realidade. Era porque Burke foi um “supremo retórico”, disse então, que ele conseguiu ser apelativo para tantas pessoas de orientações tão diferentes: desde liberais como Macaulay, que o declarou o maior homem desde Milton; ou socialistas como Harold Laski, que disse que ele era o maior pensador político inglês; e, claro, conservadores como Disraeli, que falava dos seus “divinos excessos”. Poderia ter acrescentado muitos mais, como Woodrow Wilson, que se orgulhava de chamar a si próprio “discípulo” de Burke.

O que me impressiona agora na retórica de Burke (num sentido não pejorativo), é como uma tão grande parte dela, longe de querer ser insinuante ou agradável, era deliberadamente dura e provocadora. A defesa do preconceito e da superstição, de prescrição ou da presunção, da cavalaria e de “agradáveis ilusões”, dificilmente são palavras pensadas com intenção de se tornar querido dos seus leitores iluminados, para quem estas palavras eram (e ainda são), sinais de alarme. Poderia ter escolhido termos mais agradáveis, mais aceitáveis – crença, tradição, convenção, opinião. Em vez disto, ele escolheu deliberadamente chocar os seus leitores, obrigá-los a confrontar as questões de forma mais directa, expressando-as mais asperamente: confrontar não apenas a Revolução Francesa, mas a inevitável revolução cultural que ele acreditava ser ainda mais subversiva do que a revolução política.

Mais subversiva, na verdade, para Inglaterra como para França, o que é a razão pelo qual uma grande parte das “Reflexões” são uma crítica vigorosa aos Ingleses que estavam a reinterpretar a sua própria revolução, ocorrida no século anterior, no espírito da Revolução Francesa, como se a sua revolução tivesse dado ao povo o direito de seleccionar (na verdade, escolher), o seu Rei e depô-lo à vontade. Pelo contrário, insistia Burke, a “Gloriosa Revolução” acontecera para assegurar a sucessão dinástica depois da ilegítima usurpação de Jaime II, e assim preservar aquelas “antigas e indiscutíveis leis e liberdades e aquela

antiga constituição do governo”, que são “a única segurança da lei e da liberdade”. Os Franceses, argumentava Burke, poderiam ter reformado o seu governo da mesma maneira, mas tinham escolhido antes o caminho fatal da revolução, a revolução total.

É este Burke, o autor das “Reflexões”, que é frequentemente criticado de forma pública como reaccionário; de maneira muito errada, acredito. Ninguém podia pôr essa etiqueta no Burke que, como Whig e não Tory, alinhou com o Parlamento e o seu partido contra o Rei e os seus ministros. Nem se aplica ao Burke que era amigo e discípulo de Adam Smith, que tem fama de ter dito que Burke era “o único homem que, sem comunicação, pensava sobre estes tópicos (uma economia livre) exactamente como ele [Smith] o fazia”. Nem se aplica ao Burke que defendeu John Wilkes, o membro do parlamento radical que foi expulso da Câmara dos Comuns por ter difamado o Rei. Nem o Burke que conduziu uma longa campanha contra Warren Hastings e a Companhia da Índia Oriental, por abusar do seu alvará e explorar o povo da Índia. Nem ao Burke que se juntou a William Wilberforce na campanha para abolir o tráfico de escravos. Nem, particularmente, ao Burke que foi um eloquente campeão da América antes e durante a Revolução Americana.

Houve uma altura, não há muito tempo atrás, em que as crianças de escola americanas memorizavam e recitavam partes do “Discurso de Conciliação com as Colónias” de Burke, proferido em Março de 1755. Hoje este discurso é muitas vezes interpretado, por conservadores como por liberais, como uma defesa equívoca da América: um argumento a favor da “conciliação” com as colónias, não a independência das colónias; a favor de uma política de “sábua e salutar negligência” com a intenção de preservar o Império Britânico e apenas acidentalmente aliviar as queixas dos colonos; e certamente que não um argumento a favor de algo semelhante às “verdades evidentes” e “direitos inalienáveis” afirmadas na Declaração de Independência. Esta interpretação do discurso apresenta-nos um Burke que nos é familiar, o político prático e astuto.

O que os Americanos liam anteriormente, porém, e o que gerações de crianças recitavam com orgulho, eram as apaixonantes homenagens aos americanos: “descendentes de Ingleses”, descrevia Burke, que davam valor não à “liberdade abstracta”, mas à “liberdade segundo ideais e princípios ingleses”. Sem dúvida, os Americanos tinham um mais “intenso espírito de liberdade” do que os ingleses, porque o seu espírito era alimentado pela sua religião, uma forma de Protestantismo que era “não apenas favorável à liberdade, mas construído nela”. Todo o Protestantismo, observava, era “uma espécie de contestação”, mas a religião prevalecente na América era a mais protestante forma de Protestantismo, a própria “contestação da contestação”, e portanto a mais apaixonada pela liberdade.

(É interessante encontrar Burke em várias alturas, sob “circunstâncias” diferentes, poderia ele dizer, a defender a instituição Católica em França, a instituição Anglicana em Inglaterra e a “des-instituição” das Igrejas contestatárias na América.)

É estranho que apesar dos discursos de Burke sobre a América serem bem conhecidos lá, o seu nome não surja num dos mais importantes documentos que resultaram da Revolução Americana, os “Federalist Papers”. Nem Burke, pelo menos nas “Reflexões”, alguma vez mencionou os “Federalist Papers”, apesar de nessa altura estarem disponíveis em Inglaterra. (É estranho, também, que nas “Reflexões” tenha tratado como sendo

*Fazer um governo não exige uma grande prudência. Assente-se o lugar do poder; ensine-se a obediência; e o trabalho está feito. Dar liberdade é ainda mais fácil. Não é necessário guiar; basta soltar as rédeas. Mas formar um governo livre, isto é, temperar em conjunto estes elementos opostos de liberdade e restrição num trabalho consistente, requer muito reflexão, ponderação profunda e uma mente sagaz, poderosa e com a capacidade de combinar.*

muito importante a secular Revolução Inglesa mas que nunca tenha mencionado a mais recente Revolução Americana.) Porém, lendo os dois documentos em paralelo, as “Reflexões” e os “Federalist Papers”, uma pessoa fica impressionada pelo espírito burkeano dos “Federalist Papers”: uma abordagem à política que é prudente e judiciosa; uma dedicação à liberdade não como ideal abstracto ou absoluto, mas como o produto de políticas cuidadosamente planeadas e equilibradas; uma visão não utópica da natureza humana, que toma em consideração as paixões e os interesses, bem como as ideias e ideais, tanto dos governados como dos governadores; e com tudo isto, um sentido moral e uma seriedade que transcendem a política e o expediente.

Poderia ter sido Burke, nos “Federalist Papers”, a observar que “um homem deve estar muito arrebatado por especulações utópicas ... para esquecer que os homens são ambiciosos, vingativos e rapaces. Ou reflectindo sobre “a veneração que o tempo concede a tudo ... sem a qual os governos mais sábios e mais livres talvez não possuíssem a necessária estabilidade”. Ou notando que “a razão do homem, como o próprio homem, é tímida e cautelosa quando está sozinha e adquire firmeza e confiança em proporção com o número com quem se associa” (e fortificada, também, pela opinião “antiga”). Ou que “o governo mais racional não verá como vantagem supérflua ter do seu lado os preconceitos da comunidade”. Ou que a experiência é “o melhor oráculo da sabedoria”. Mais revelador e mais burkeano ainda é o conselho de Alexander Hamilton no último dos “Papers”:

*Estimaria o cúmulo da imprudência prolongar o estado precário*

*dos nossos assuntos nacionais e expor a União ao risco de experiências sucessivas, na busca quimérica de um plano perfeito. Nunca espero ver um trabalho perfeito resultar de um homem imperfeito.*

Da mesma forma que Burke podia ter escrito estas palavras nos “Federalist Papers”, Hamilton ou Madison poderiam ter escrito aquela passagem memorável perto do fim das “Reflexões”; uma passagem que poderia bem servir como epígrafe dos “Federalist Papers”:

*Fazer um governo não exige uma grande prudência. Assente-se o lugar do poder; ensine-se a obediência; e o trabalho está feito. Dar liberdade é ainda mais fácil. Não é necessário guiar; basta soltar as rédeas. Mas formar um governo livre, isto é, temperar em conjunto estes elementos opostos de liberdade e restrição num trabalho consistente, requer muito reflexão, ponderação profunda e uma mente sagaz, poderosa e com a capacidade de combinar.*

“Uma mente sagaz, poderosa e com a capacidade de combinar”: Burke poderia estar a descrever os autores dos “Federalist Papers”, que tinham colectivamente mostrado ter uma tal mente.

O génio dos “Federalist Papers” foi ter concebido uma constituição para a nova república que fez dos Estados Unidos a mais duradoura e bem sucedida república da modernidade. O génio das “Reflexões” foi ter providenciado a crítica filosófica da outra Revolução, tão diferente da americana, que produziu uma outra república, mal concebida e com um destino fatal. “Escolheram agir”, escreveu Burke, “como se nunca tivessem sido moldados numa sociedade civil e tivessem de começar tudo de novo”. Os Americanos nunca fizeram esse erro. ●

# ESCOLHA O SEU DESTINO

[www.ana.pt](http://www.ana.pt)



São simples os passos para decidir onde vai ser a sua próxima viagem.

É só entrar em [www.ana.pt](http://www.ana.pt), clicar em “Escolha o seu Destino”. Depois, é só navegar no mapa e programar os melhores itinerários, com as suas companhias aéreas favoritas.

E para que tenha sempre os horários dos voos do seu aeroporto consigo, pode também efectuar downloads.

**ANA** Aeroportos de Portugal

Damos vida aos aeroportos.